



CONSELHO NACIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reflexão Preliminar sobre a Agenda de Políticas Públicas do próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia em Portugal - Estratégia Portugal 2030

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, CNADS, deliberou, em 25 de setembro de 2017, criar um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de acompanhar o debate para a definição da Estratégia Portugal 2030.

O Grupo de Trabalho, coordenado pelos Conselheiros José Reis e João Ferrão, integra os Conselheiros João Guerreiro, José de Matos e Filipe Beja Pereira.

O CNADS propõe-se, assim, contribuir para o debate em curso tendo organizado, em março de 2018, na cidade do Porto, a Conferência *A Estratégia Portugal 2030 à Luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*.

A presente Reflexão preliminar foi precedida da análise da informação provisória disponibilizada no *site* dedicado à Estratégia Portugal 2030, desenvolvido pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão que, em 30 de maio de 2018, incluía sobretudo documentos europeus de enquadramento e a apresentação em *Power Point* “Documento de Reflexão Sobre o Futuro da Política de Coesão”.

Assim, o CNADS considerou, na presente Reflexão, para além daquela informação, o único documento público finalizado que pode ser matéria de apreciação e que é a ***Declaração Conjunta sobre a Posição Preliminar de Portugal sobre o Próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE***, assinada em 18 de abril de 2018 pelo Governo e pelo Partido Social Democrata (PSD).

Nesta Reflexão, composta por três pontos, referem-se as circunstâncias nacionais e europeias que rodeiam a discussão, faz-se uma análise crítica dos Eixos e Domínios que constituirão o Portugal 2030 (PT2030) e levantam-se questões para uma discussão sobre os caminhos indicados, sublinhando os pontos que o CNADS considera essenciais.

1. Enquadramento

O próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia vai ser estabelecido num contexto muito particular, marcado pelo *Brexit*, pela emergência de novas políticas a financiar pelo orçamento comum (defesa, segurança interna e migrações), pela ausência de um referencial estratégico europeu, pela tensão à volta da eventual redução orçamental da Política de Coesão e da articulação com a chamada governação económica europeia e, ainda, pelos novos dados sobre a abrangência territorial da Política de Coesão. A isto se soma a tradicional tensão entre contribuintes líquidos e beneficiários líquidos e a discussão sobre os

verdadeiros saldos entre o que os segundos recebem, por um lado, e os ganhos macroeconómicos reais dos maiores contribuintes, por outro.

Do ponto de vista nacional, ganha relevo o facto inédito de o país se encontrar sob uma tendência de divergência, e não de convergência, face à União Europeia, considerando a comparação da respetiva riqueza média anualmente produzida *per capita*, já corrigida das diferenças de níveis de desenvolvimento através do método das paridades de poder de compra. A isso acrescem todas as circunstâncias de nos encontrarmos num processo difícil de recuperação, após um período de choque, que resultou da austeridade.

Numa perspetiva mais ampla, tornou-se claro que os fatores externos (comércio mundial e entrada da China na OMC; entrada de Portugal no Euro e alargamento da UE a Leste; funcionamento dos mercados de capitais) exerceram entre nós, no decorrer dos primeiros anos do séc. XXI, um impacto significativo sobre a economia. Ao mesmo tempo, é notório que há fatores internos de grande peso que não estão superados: baixos níveis de qualificação, elevados níveis de desemprego da população jovem, excessiva alavancagem financeira da economia e fragmentação do tecido empresarial, persistência de disfunções estruturais, dificuldade de transição para um modelo baseado na qualificação e inovação. A evolução económica portuguesa desde 2000 até 2015 tem evidenciado uma preocupante redução do peso do investimento no PIB, ao mesmo tempo que persiste uma elevada *perifricidade* nacional no contexto europeu, com fragilização produtiva, baixo crescimento, desintegração territorial interna, dinâmica exportadora muito dependente dos serviços e endividamento externo da economia.

É certo, no entanto, que o desempenho de Portugal quanto à política estrutural europeia e aos fundos comunitários tem sido positiva – boa capacidade de absorção; impacto significativo; alinhamento com os aspetos regulamentares – e esse é um fator relevante para definir o novo quadro de programação, admitindo que alguns eixos das políticas públicas nacionais deverão ainda ser apoiados e comparticipados por aqueles fundos. Nas formulações até agora apresentadas com este fim reconhecem-se os principais problemas nacionais e identificam-se as questões cruciais, desde a qualificação e a demografia às alterações climáticas, à economia do mar e à economia circular. **Resta saber se o ponto essencial do recentramento da economia na sua dimensão produtiva e na capacidade de produção de bens encontra aí espaço para a sua afirmação. Por outro lado, insiste-se no “desenvolvimento competitivo dos territórios”, restando também saber se há lugar para o reconhecimento dos problemas que resultam da falta de estruturação e articulação dos territórios. Estas são duas questões que se justifica colocar à cabeça da discussão.**

2. Análise crítica do Portugal 2030 por Eixos e Domínios

A Agenda de Políticas Públicas do PT2030 organiza-se em quatro Eixos, que se desdobram em Domínios (em anexo apresenta-se um quadro-síntese, elaborado pelo CNADS a partir da Declaração Conjunta *Posição Preliminar de Portugal sobre*

o *Próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE*, assinada em 18 de abril de 2018 pelo Governo e pelo PSD).

O **Eixo 1** designa-se “**As pessoas primeiro. Um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade**” e inclui três Domínios: “**Sustentabilidade demográfica**”, “**Promoção da inclusão e luta contra a exclusão**” e “**Combate às desigualdades**”.

No primeiro, tem-se como objetivo promover a natalidade e conciliar, através de redes de serviços sociais, a vida profissional e a vida familiar, gerir os fluxos migratórios, contribuindo para a sustentabilidade territorial e demográfica, e promover a inserção laboral bem como a qualidade e a natureza dos vínculos contratuais de emprego dos mais jovens. No segundo domínio, procura-se promover o envelhecimento ativo, a inclusão no mercado de emprego dos grupos mais vulneráveis, a inclusão dos que procuram Portugal para viver, a inclusão social de grupos específicos, com foco no combate à pobreza infantil e nos grupos alvo de exclusão profunda, a inclusão com a garantia de habitação condigna e a igualdade de género, assim como integrar as pessoas com deficiência e apoiar a criação de emprego por conta própria. No domínio do combate às desigualdades pretende-se promover a empregabilidade e as políticas públicas de proteção social, garantir a provisão e o acesso a bens e serviços públicos de primeira necessidade, lutar contra todas as formas de discriminação e promover a igualdade de oportunidades.

Neste Eixo trata-se, pois, de assuntos associados à baixa dinâmica demográfica do país e à oportunidade de promover a imigração, às dificuldades do mercado do trabalho e às vulnerabilidades sociais, incluindo as que resultam de discriminações ou de formas profundas de exclusão. Quanto à medida de redução das desigualdades na distribuição de rendimentos apontam-se as políticas públicas de proteção social e quanto à promoção da inclusão e à luta contra a exclusão aponta-se a criação de emprego por conta própria. **No entanto, e tirando estes dois exemplos, não se tem ainda uma perceção clara dos instrumentos concretos e operacionais de execução de tais medidas. Sugere-se que isso mereça a devida atenção.**

O **Eixo 2**, “**Inovação e qualificações como motores de desenvolvimento**”, é composto por **quatro Domínios**: “**Promoção da sociedade do conhecimento**”, “**Inovação empresarial**”, “**Qualificação dos recursos humanos**” e “**Qualificação das instituições**”.

No primeiro destes domínios trata-se da sociedade do conhecimento, do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e da economia da inovação, a que se junta a cultura. O segundo relaciona-se com o investimento estruturante, em particular o IDE, com o empreendedorismo e o fomento das *start-ups*, com a qualificação das empresas perante as cadeias de valor internacional, com o reforço das condições de incorporação de conhecimento na atividade produtiva e com as oportunidades de mercado criadas pela dinamização do investimento público e privado, sobretudo em novos domínios emergentes. O domínio da qualificação

dos recursos humanos refere o abandono e o insucesso escolar e o desenvolvimento de competências, a qualificação inicial dos jovens para as novas especializações económicas, a formação contínua e a aprendizagem ao longo da vida, a reconversão de ativos e os jovens a frequentar o ensino superior e a promoção da formação avançada de recursos humanos. Quanto à qualificação das instituições, está em causa a modernização, capacitação institucional e formação da administração pública e a simplificação administrativa.

Estamos, pois, perante conjuntos de questões relevantes da qualificação produtiva e dos recursos humanos, assim como do contexto institucional público. **Nota-se, no entanto, que todas as medidas são de natureza transversal, incidindo sobre a disponibilidade e a qualidade dos recursos. Não se descortina ainda uma identificação das dimensões materiais que constituem problema críticos da insuficiência produtiva nacional, nem se avistam estratégias de atuação noutros planos, sejam eles setoriais ou territoriais. Quer dizer, às esferas transversais de circulação de recursos, onde se formam os fluxos que rodeiam a economia, não se juntou ainda um nível de atuação geralmente designado meso-económico. Por outro lado, constata-se que as discrepâncias crescentes entre as necessidades reveladas do lado da oferta de emprego e a procura, sobretudo por parte da população mais jovem e que abrangem a própria oferta de formação profissional qualificante, não são abordadas.**

Do Eixo 3, “Um país competitivo externamente e coeso internamente”, fazem parte **quatro Domínios: “Competitividade das redes urbanas”, “Projeção da faixa atlântica”, “Inserção territorial no mercado ibérico” e “Competitividade e coesão na baixa densidade”.**

O primeiro destaca as redes urbanas enquanto lugares atrativos de inovação e crescimento e de *clusters* de atividades criativas e culturais, a sua conectividade externa, assim como a regeneração física, económica e social das zonas desfavorecidas. Para lá do urbano identifica-se a relevância da faixa atlântica (sistema portuário, logística, ligações rododiferroviárias, exploração e gestão da fronteira marítima), o mercado ibérico (vendo as regiões de fronteira e a cooperação transfronteiriça como instrumentos para reforçar esta orientação) e a problemática da baixa densidade (potencial endógeno, património natural e cultural, diversificação económica, rede dos serviços coletivos).

A identificação dos territórios e a resolução dos seus problemas centram-se, assim, na competitividade urbana, na faixa atlântica, no interior e nas áreas de baixa densidade.

Dois aspetos chamam, no entanto, a atenção: o facto de não se identificarem problemas de estruturação territorial do país e a segmentação das áreas de atuação. Mais especificamente, no que diz respeito às cidades, dá-se o sistema urbano como adquirido, não parecendo ser relevante a necessidade de uma estruturação coerente e articulada de tal forma que constitua a principal amarração do conjunto do

território nacional continental e de superação dos problemas de desintegração interna evidenciados recentemente. A visão segmentada, por sua vez, é demasiado notória na forma como se refere o mercado ibérico, imaginando-se que se trata de uma questão da faixa interior. Ora a escala ibérica diz respeito a 1/3 das nossas exportações e importações, sendo difícil encará-las apenas como um assunto de proximidade fronteiriça.

O Eixo 4, “Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos” tem oito domínios, sendo, portanto, o mais amplo. São eles: “Transição energética”, “Mobilidade eficiente”, “Eficiência energética das cidades e zonas urbanas”, “Mar/economia do mar”, “Agricultura e florestas”, “Combate às alterações climáticas”, “Economia circular” e “Água e saneamento básico”.

Quanto ao primeiro, sublinha-se a produção, armazenamento e distribuição de energias, com foco nas energias renováveis, o reforço das interconexões e criação de condições da rede, e ainda a aposta em projetos de forte efeito de disseminação da dissociação do consumo do ciclo económico. No domínio da mobilidade eficiente aponta-se o setor ferroviário, a utilização de transportes coletivos e os modos de mobilidade suave, assim como a modernização do parque automóvel, o planeamento da mobilidade e o aumento do peso da energia renovável no consumo de combustíveis nos transportes. Quanto ao terceiro domínio, a eficiência urbana, diz respeito à eficiência energética do edificado, aos transportes públicos coletivos, à mobilidade elétrica e suave, à economia circular e à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas. A valorização da pesca, da aquicultura, da orla costeira e da biodiversidade constituem as matérias do quarto domínio. A agricultura, o desenvolvimento rural, a reforma e gestão florestal, o uso eficiente de recursos, a promoção da biodiversidade e, por fim, o restauro, preservação e melhoria dos ecossistemas formam o quinto domínio. No sexto domínio, sobre as alterações climáticas, está em causa a redução da vulnerabilidade e o aumento da capacidade de resposta, a adaptação dos ecossistemas, a redução dos riscos de incêndios e cheias e a proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e a redução da poluição do ar e do ruído. A economia circular forma o sétimo domínio, com ênfase na produção e utilização, no prolongamento da vida útil dos produtos, nas aplicações úteis de materiais, e na modernização da recolha, tratamento e valorização dos resíduos. O último domínio encontra-se relacionado com os investimentos para a conclusão das redes de água e de saneamento básico, em particular nas zonas rurais.

Para além da enorme variedade de temas incluída no Eixo 4, **alguns domínios sugerem-nos a necessidade de estruturação territorial, relacionada principalmente com grandes fluxos de pessoas, bens e energias no país.**

Neste eixo, não resulta evidente a desejável relação entre a Agenda de Políticas Públicas 2030 com os diferentes instrumentos de política pública: o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o

Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional, os Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território, o Programa Nacional de Investimentos 2030 e, também, o processo de descentralização de competências para as autarquias locais, áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais e as próprias comissões de coordenação e desenvolvimento regional.

Os desafios contemporâneos do desenho urbano e do ordenamento do território têm-se demonstrado centrais na compatibilização dos modelos de ocupação do solo com a localização de atividades económicas e os fluxos de comunicação. Estes desafios aconselham-nos a adotar uma estratégia de quantificação de externalidades de longo prazo, a qual deveria ser uma peça essencial nos processos de planeamento e de construção de políticas públicas eficazes, incluindo nelas os mecanismos de adaptação e de mitigação das alterações climáticas.

Merece especial referência a necessidade de encontrar um novo enquadramento para as componentes de produção e transformação das atividades agrícolas e florestais que, por via da ação de políticas públicas orientadas para a experimentação/investigação/extensão, poderão contribuir decisivamente para a dinamização das áreas de baixa densidade e para a afirmação competitiva destes territórios.

Maior relevância deveria ser dada ao apoio à pequena agricultura de proximidade e à agricultura em modo de produção biológico, responsáveis pela dinamização de circuitos curtos e de mercados locais e respondendo a padrões de consumo mais saudáveis, modalidades que garantem um maior equilíbrio ambiental e, simultaneamente, a manutenção de atividades em meio rural.

A incidência da fragmentação territorial na falta de coesão social é, também, extensiva à ineficiência energética do País. A *metropolização* é hoje objeto de estratégias de *smart growth* ao nível de urbanismo e de *transit oriented development* no que alguns designam por passagem da *automobile city* para a *transit city*.

Com o atual enquadramento da descentralização de competências, considera-se imprudente a omissão da Agenda quanto à possibilidade de prever um enquadramento de compromissos de investimentos de longo prazo entre a Administração Central e as “Regiões” ou o poder representativo da escala supramunicipal (por exemplo, a figura do Contrato-Plano Estado-Região para vincular um programa de investimento nas redes de infraestruturas ou serviços públicos coletivos, de modo a efetivamente concretizar uma visão estruturada para o território). A construção de um edifício legislativo de transição ecológica das cidades e regiões parece-nos, em paralelo, igualmente crítico para a ambição de um país sustentável.

Por outro lado, apesar da referência às alterações climáticas e à água, a dimensão ambiental deveria estar mais explicitada enquanto domínio em si próprio, ou, pelo menos, surgir uma referência a um novo domínio

‘Paisagem e Conservação da Natureza’, que inclua, nomeadamente, a criação de serviços ambientais devidamente valorizados do ponto de vista financeiro, tão necessários, entre outras coisas, à construção de uma nova floresta multifunções de que o país tanto carece.

Acresce que a abordagem à ‘Água e saneamento básico’, remetida apenas para os serviços (de abastecimento e saneamento), embora importante, parece redutora. Num contexto de seca e desertificação, torna-se cada vez mais relevante caminhar explicitamente para um modelo de gestão integrada dos recursos hídricos, como a Lei da Água de 2005 e a Diretiva Quadro da Água defendem.

3. Sugestões e recomendações

Vivemos um período de fortes alterações à escala internacional, de elevada sensibilidade portuguesa ao alargamento a leste da UE e à predominância das lógicas financeiras no quadro europeu e mundial. Persistem em todas os níveis problemas (muitos deles agravados) de sustentabilidade, de inclusão ou apenas de acesso ao bem-estar, e emergem problemas, como o das alterações climáticas, o das desigualdades ou o da paz, como tem sido sublinhado no quadro da discussão sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) consagrados na Agenda 2030 das Nações Unidas.

A abordagem portuguesa ao Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia assume, como é compreensível, o referencial que tem sido predominante à escala europeia e que se sintetiza na fórmula “uma União Europeia inclusiva, inteligente e sustentável”. Acontece, porém, que estes foram os referenciais que coexistiram com um dos momentos mais complexos e problemáticos do projeto europeu, em que ocorreram fenómenos de estagnação e desintegração. **Não deveria ter suscitado reflexão o modo como estes objetivos foram prosseguidos e concretizados?** Assumem-se também o modelo social europeu e os direitos sociais. **Não deveria ter suscitado reflexão o tipo de mecanismos que têm sido acionados para este fim e a não existência de critérios de convergência nominais ou reais nestes domínios?**

Numa apreciação global da racionalidade que enforma o Portugal 2030, parece poder dizer-se que se salienta uma elevada confiança na transversalidade das medidas (o Secretário de Estado do Desenvolvimento Coesão, Nelson Souza, sublinhou este aspeto na Conferência *A ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 À LUZ DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*, promovida pelo CNADS, que decorreu recentemente no Porto). **Para tanto, como atrás sublinhámos, é particularmente importante a articulação do Portugal 2030 com os outros instrumentos de política pública nacional, em particular o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (POEM), atualmente em discussão pública. Acresce a isso uma orientação predominante para políticas de otimização, de eficiência, de conectividade**

e de inovação (que são, geralmente, políticas pró-mercado). Não se vislumbram diferenças substanciais no domínio da articulação das medidas propostas ou a identificação de outras que representem algo de novo e suscetível de promover, finalmente, uma convergência real com a União Europeia nas áreas que têm vindo a ser prosseguidas em ciclos contínuos de programação há mais de 20 anos, como a qualificação dos recursos humanos, o PIB ou a produtividade. A análise, feita nesta Reflexão, dos Eixos e Domínios do Portugal 2030 permitiu-nos encontrar abundantes exemplos do que se acaba de sugerir.

De forma coerente com o ponto anterior, há uma preocupação de interiorizar problemas de sustentabilidade, de acesso e de inclusão. São aspetos muito presentes na discussão social e política, tanto internacionalmente (os ODS confirmam-no) como internamente. Mas suscita-se a dúvida de saber como foram articulados os objetivos e as políticas para a sua realização.

Em contraste com outros ciclos de programação anteriores, em que a orientação dos financiamentos, os consensos políticos e a substância das políticas públicas se dirigiam à coesão territorial do país, o território está agora ausente, salvo quando serve para exemplificar as referidas políticas de eficiência: será por boas ou por más razões que nos primeiros ciclos de fundos estruturais europeus Portugal formulou um plano de desenvolvimento regional e agora isso já não acontece?

Poderá o caminho passar pela consolidação de um edifício institucional e legislativo que permita um trabalho coordenado entre as áreas de urbanismo, transportes, energia e ambiente?

Por tudo isto, o CNADS chama particularmente a atenção para duas questões:

- Como compatibilizar políticas públicas focadas em objetivos de eficiência, inovação, conectividade e sustentabilidade com a circunstância de, entretanto, a montante desses aspetos, a vida material do país apresentar notórios indícios de fragilização?
- Tem-se em devida conta as dimensões materiais (estruturais) da economia (indústria e especialização industrial, qualidade do sistema produtivo) e da sociedade (sistema regional e territorial; sistema urbano)?

Neste contexto, o CNADS deixa a sugestão de que estas duas matérias possam ser especialmente pensadas. A reconstituição da capacidade produtiva do país pode ser bem articulada com a temática da economia circular, sobre a qual este Conselho já se pronunciou detidamente. A estruturação do território tem relações diretas com múltiplos aspetos do ordenamento económico e social do país e inclui temáticas também já tratadas pelo CNADS, como a floresta e os incêndios, a rede nacional das áreas protegidas ou a política de solos, do ordenamento do território e do urbanismo.



O CNADS reafirma, finalmente, a sua determinação em continuar a acompanhar a Estratégia Portugal 2030 bem como o Programa Nacional de Investimentos 2030 recentemente apresentado pelo Governo para discussão pública.

[Aprovada na 1ª Reunião Extraordinária do CNADS em 2018,
realizada em 12 de julho]

O Presidente

Filipe Duarte Santos

ANEXO

PORTUGAL 2030
Agendas de política PÚBLICA do PT2030¹

Eixos/Agendas Temáticas	Domínios/objetivos	Intervenções
Eixo 1. As pessoas primeiro. Um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	Sustentabilidade demográfica	Promover a natalidade, adotando as medidas de estímulo adequadas
		Facilitar a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, em particular no que respeita às redes de serviços sociais de apoio na primeira infância e aos idosos de elevada dependência
		Gerir os fluxos migratórios, contribuindo para a sustentabilidade territorial e demográfica
		Promover a inserção laboral e a qualidade e a natureza dos vínculos contratuais de emprego dos mais jovens, criando condições para o aumento da natalidade
	Promoção da inclusão e luta contra a exclusão	Promover o envelhecimento ativo
		Promover a inclusão no mercado de emprego dos grupos mais vulneráveis
		Promover a inclusão dos que procuram Portugal para viver
		Integrar as pessoas com deficiência
		Promover a igualdade de género, como elemento nuclear de uma sociedade digna
		Promover a inclusão social de grupos específicos, com foco no combate à pobreza infantil e nos grupos alvo de exclusão profunda, muito em particular nas situações associadas ao grande afastamento do mercado de trabalho por insuficiência completa das competências
		Promover a inclusão com a garantia de habitação condigna, prosseguindo uma nova geração de políticas de habitação
		Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas
		Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas e outras organizações de economia social e solidária

¹ Quadro elaborado a partir da Declaração Conjunta *Posição Preliminar de Portugal sobre o Próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE*, assinada em 18 de abril de 2018 pelo Governo e pelo PSD.

	<p>Combate às desigualdades</p>	<p>Promover a empregabilidade – nomeadamente dos jovens – e apoiar a integração no mercado de emprego dos grupos mais vulneráveis</p> <p>Promover políticas públicas de proteção social que assegurem uma redução sustentada e sustentável das desigualdades na distribuição de rendimentos</p> <p>Garantir a provisão e o acesso a bens e serviços públicos de primeira necessidade, como a saúde, que complemente e maximize o efeito de outros instrumentos de combate às desigualdades</p> <p>Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades</p>
<p>Eixo 2. Inovação e qualificações como motores de desenvolvimento</p>	<p>Promoção da sociedade do conhecimento</p>	<p>Reforço da base de conhecimento científico da economia e sociedade portuguesas, com uma forte aposta na I&D e no reforço do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), garantindo o reforço da infraestrutura e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e promovendo a sua internalização, assegurando a base de conhecimento científico, mas promovendo a sua orientação para as necessidades do setor produtivo e da sociedade em geral</p> <p>Reforço da capacidade de transferência de conhecimento do SCTN, promovendo a sua ligação mais estreita com o tecido económico</p> <p>Promoção da cultura enquanto fator de cidadania e de valorização da informação e do conhecimento, da aprendizagem, da qualificação e da formação contínua, da criatividade e a inovação como fatores-chave da competitividade</p>
	<p>Inovação empresarial</p>	<p>Transformação estrutural, com a catalisação de novo investimento estruturante, em particular IDE, e a promoção de um ecossistema de empreendedorismo, que atraia investidores nacionais e estrangeiros para investirem em <i>start-ups</i> e promovam e acelerem o seu crescimento, em particular das orientadas para os mercados externos, assumindo-se como fatores de mudança disruptiva da estrutura produtiva</p> <p>Promoção do empreendedorismo e do espírito empresarial, nomeadamente facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de</p>

		<p>incubadoras, viveiros de empresas, entre outras</p> <p>Qualificação e dimensionamento empresarial, promovendo posicionamentos mais qualificados das empresas portuguesas em cadeias de valor internacionais, explorando também as oportunidades decorrentes da transformação digital, das alterações climáticas/economia circular ou da evolução demográfica e o envelhecimento</p> <p>Conhecimento, visando o reforço das condições de incorporação de conhecimento na atividade produtiva, promovendo um sistema de inovação aberto e a melhoria do quadro de absorção de conhecimento no tecido económico nacional, seja reforçando os mecanismos de incorporação de I&D realizada no SCTN, seja reforçando a criação de conhecimento no seio das empresas</p> <p>Estímulo à produção de bens e serviços que potencie o aproveitamento das oportunidades de mercado criadas pela dinamização do investimento público e privado, sobretudo em novos domínios emergentes (v.g. digitalização, transição energética, mobilidade, reabilitação, etc.), contribuindo simultaneamente para a competitividade da produção nacional</p>
	Qualificação dos recursos humanos	<p>Combate ao abandono e insucesso escolar e desenvolvimento de competências adequadas à sociedade atual e potenciadores de transformações sociais</p> <p>Alinhamento da qualificação inicial dos jovens com as novas especializações económicas, dando particular atenção às competências digitais, e à promoção da inserção profissional dos jovens</p> <p>Promover a formação contínua e a aprendizagem ao longo da vida</p> <p>Reconversão de ativos, com particular foco nos desempregados de longa duração, com novas competências alinhadas com novas profissões, dando particular atenção às competências digitais, e promoção da sua reinserção no mercado de trabalho</p> <p>Aumento do número de jovens a frequentar o ensino superior e promoção do sucesso/conclusão deste nível de ensino (garantindo o aumento da taxa de progressão dos estudos até à aquisição do respetivo diploma)</p>

		Promoção da formação avançada de recursos humanos nos domínios e áreas alinhados com as novas especializações económicas e as necessidades do mercado de trabalho, dando particular atenção às competências digitais
	Qualificação das instituições	Modernização, capacitação institucional e formação da administração pública, explorando em particular as vantagens associadas aos serviços públicos digitais e ao acesso às TIC e promovendo ganhos de eficiência
		Simplificação administrativa e redução dos custos de contexto, procurando garantir um ambiente mais favorável para o setor empresarial desenvolver a sua atividade e os cidadãos cumprirem as suas obrigações
		Modernização dos serviços críticos para a competitividade, com destaque para o sistema judicial
Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente	Competitividade das redes urbanas	Redes urbanas de inovação e crescimento, potenciando os <i>clusters</i> de atividades criativas e culturais ou intensivas em conhecimento
		Promoção da conectividade externa das cidades e as zonas urbanas, nomeadamente ao nível da conectividade digital
		Melhoria da atratividade das cidades e zonas urbanas, promovendo a regeneração, requalificação e a reabilitação urbana (edificado e espaço público), incluindo o património cultural e natural, e a promoção da inclusão e coesão territorial nas zonas de maior densidade populacional
		Promoção do papel dos atores da economia social nas redes urbanas, em particular na prestação e gestão de serviços coletivos de interesse geral
		Apoio à regeneração física, económica e social das zonas urbanas onde residam comunidades desfavorecidas
	Projeção da faixa atlântica	Melhoria da competitividade do sistema portuário e do transporte marítimo, e promoção das redes logísticas e das ligações rodoferroviárias a ALE's/Portos, explorando as oportunidades criadas pela reconfiguração das grandes rotas marítimas de comércio internacional
		Aproveitamento do potencial geográfico das Regiões Autónomas
Exploração e gestão da fronteira marítima		

	Inserção territorial no mercado ibérico	Estratégia de orientação para o mercado ibérico dos territórios das regiões de fronteira continental, promovendo o planeamento integrado da cooperação transfronteiriça e incentivando a produção nos territórios confinantes com Espanha	
		Melhoria das Ligações rodoferroviárias a ALE e das Ligações Transfronteiriças	
	Competitividade e coesão na baixa densidade		Crescimento económico e emprego com base no potencial endógeno, promovendo a valorização em toda a sua plenitude dos recursos endógenos com particular realce para a aposta no turismo enquanto elemento agregador da estratégia de afirmação dos territórios
			Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural
			Diversificação da base económica, promovendo o aparecimento de novas atividades geradoras de valor e criadoras de emprego
			Otimização da gestão e prestação em rede dos serviços coletivos existentes nas áreas da educação, saúde, cultura, social e de índole económica e associativa, assegurando níveis adequados de provisão de bens e serviços públicos e potenciando as ligações rural-urbano
			Desenvolvimento e promoção do papel da economia social quer enquanto agente promotor do desenvolvimento de base económica dos territórios, sobretudo na valorização dos seus recursos endógenos, quer na gestão da rede de serviços coletivos atrás identificadas
	Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos	Transição energética	Inovação na produção, armazenamento e distribuição de energias, com foco nas energias renováveis: I&D, incluindo instalações piloto, em novas áreas ou novas tecnologias (eólico offshore, biomassa florestal, geotérmico, etc.) e reforço de primeiras fases de redes de novos formatos
			Reforço das interconexões e criação de condições da rede para potenciar o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos
Eficiência energética, apostando em projetos demonstradores de forte efeito de disseminação para dissociar o consumo energético do ciclo económico			

		compatibilizando assim crescimento económico e melhoria do bem-estar dos cidadãos com a redução do consumo energético
	Mobilidade eficiente	Alteração do padrão de mobilidade em Portugal, promovendo o setor ferroviário, a utilização de transportes coletivos com obrigações de serviço público e os modos de mobilidade suave
		Modernização do parque automóvel nacional, nomeadamente através de veículos mais eficientes e que utilizem combustíveis com melhor desempenho ambiental, como os veículos movidos a gás natural e os veículos elétricos
		Melhoria do planeamento da mobilidade, incluindo o desenvolvimento de estratégias de baixo teor de carbono, desenvolvendo e implementando planos de mobilidade, devidamente integrados nos planos de ordenamento do território
		Aumento do peso da energia renovável no consumo de combustíveis nos transportes
	Eficiência energética das cidades e zonas urbanas	Eficiência energética no edificado (público e privado)
		Transportes públicos coletivos eficientes e em rede
		Mobilidade elétrica e suave
		Economia circular
		Gestão inteligente da energia e utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no sector da habitação
	Mar/Economia do Mar	Aumento do valor acrescentado dos produtos da pesca e da aquicultura
		Apoio à pesca artesanal e valorização das artes de pesca sustentável
		I&I e exploração de novos recursos e novas aplicações
		Utilização eficiente dos recursos e promoção da biodiversidade
		Valorização da orla costeira
		Promover uma pesca e uma aquicultura ambientalmente sustentáveis e eficientes em termos de recursos
	Agricultura e florestas	Exploração do potencial económico da agricultura, em particular prosseguindo e acelerando o investimento público estruturante, nomeadamente em regadios, e apoiando o investimento privado nesta área

		Promoção do desenvolvimento rural
		Promoção da reforma florestal e de uma gestão sustentável das florestas
		Utilização eficiente de recursos, promovendo quer a transição energética quer a resiliência face às alterações climáticas, nos sectores agrícola, alimentar e florestal, nomeadamente através da melhoria da eficiência na utilização da água pela agricultura
		Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas relacionados com a agricultura e a silvicultura, nomeadamente a restauração, preservação e incremento da biodiversidade
	Combate às alterações climáticas	Redução da vulnerabilidade e aumento da capacidade de resposta às alterações climáticas, dando particular atenção à gestão das reservas de água para uso humano e na agricultura
		Adaptação dos ecossistemas aos impactos das alterações climáticas e melhoria da eficiência das águas e dos resíduos
		Redução dos riscos de incêndios e cheias
		Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos, redução da poluição do ar e redução de ruído
	Economia circular	Produção e utilização inteligente
		Prolongar a vida útil dos produtos e dos seus componentes
		Aplicações úteis de materiais
		Modernização da recolha, tratamento e valorização dos resíduos, apoiando os investimentos neste setor
Água e saneamento básico	Os investimentos na conclusão das redes de água, nomeadamente nas zonas rurais	
	Os investimentos na conclusão da rede de saneamento básico, nomeadamente nas zonas rurais	